



ACÓRDÃO Nº844/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11418/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Tabatinga
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Joao Carlos Pereira dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5923/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tabatinga, sob a responsabilidade do **Sr. Joao Carlos Pereira dos Santos** - Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga, exercício 2016 - com fulcro no art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM c/c o art. 188, §1º, "b", "c" e "e" também da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Joao Carlos Pereira dos Santos** - Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga -, no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), com fulcro no art. 308, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da impropriedade elencada no item 01 do Relatório/Voto, referente ao envio com atraso dos Relatórios de Gestão Fiscal nos 1º e 2º quadrimestre do exercício de 2016, sendo aplicada a penalidade de **R\$ 1.096,03** (mil, novecentos e noventa e seis reais e três centavos) por quadrimestre de atraso.
 - 10.2.1. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo



ACÓRDÃO Nº844/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Joao Carlos Pereira dos Santos** - Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga -, no valor de **R\$ 13.156,36** (treze mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), em razão da impropriedade elencada no item 07 do Relatório/Voto, referente ao encaminhamento com atraso das informações contábeis daquela Câmara Municipal nos 12 meses do exercício de 2016, sendo aplicada a penalidade de **R\$ 1.096,03** (mil, noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de atraso.

10.3.1. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Joao Carlos Pereira dos Santos** - Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga - no valor de **R\$ 35.073,00** (trinta e cinco mil e setenta e três reais), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal elencadas nos itens 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 do Relatório/Voto;

10.4.1. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta



ACÓRDÃO Nº844/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Considerar em Alcance o Sr. Joao Carlos Pereira dos Santos - Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga -, no valor de **R\$ 516.400,00** (quinhentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), com fulcro no art. 304 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, discriminados da seguinte maneira:

a) R\$ 78.079,00 (setenta e oito mil e setenta e nove reais), em razão da impropriedade apontada no item 21 do Relatório/Voto, referente à não comprovação de recebimento do material de consumo adquirido pela Câmara Municipal de Tabatinga, em inobservância ao que estatuiu Lei n.º 4.320/64.

b) R\$ 393.721,00 (trezentos e noventa e três mil, setecentos e vinte e um reais), em razão da impropriedade apontada no item 24 do Relatório/Voto, referente à não comprovação da devida utilização dos valores sacados em espécie das Contas Bancárias da Câmara Municipal de Tabatinga, e à prática caracterizar a inobservância do art. 156 da Constituição Federal de 1988 e o art. 1º, §1º da Lei n.º 101/00.

c) R\$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais), em razão da impropriedade elencada no item 24 do Relatório/Voto, referente à percepção indevida de valores a título de subsídio pelo Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga, em descumprimento ao que estabelece o art. 38, II da Constituição Federal de 1988;

Os referidos valores devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Tabatinga por descumprimento de/pelas improbidades apontadas.

10.6. Determinar à Câmara Municipal de Tabatinga que:

a) cesse o pagamento em espécie, via tesouraria, das verbas de gabinete aos vereadores, já que tal pratica que afronta aos § 1º e 2º do art. 156 da Constituição Estadual e artigos 1º e 44 do Decreto nº 93.872/1986;

b) elabore normas e procedimentos para regulamentar o recebimento e aplicação dos valores repassados aos Vereadores na forma de verbas de gabinete, a fim de que se tenha uma gestão planejada e transparente como preconiza o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 101/00.

c) afaste a prática de pagamento em espécie, haja vista a obrigatoriedade da transparência na gestão fiscal, bem como da



ACÓRDÃO Nº844/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

identificação dos credores por meio de cheques, TED ou ordem bancária, a fim de que se tenha uma gestão planejada e transparente como preconiza o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 101/00.

d) faça cumprir o disposto no art. 4º da Lei n.º 624/2012, referente à prestação de contas dos valores relativos às verbas de gabinete repassadas aos Vereadores, sob pena de lhe ser aplicada glosa, na Prestação de Contas do exercício de 2017, no montante dos valores em relação aos quais não tenha sido apresentada a prestação de contas devida pelos Vereadores.

- 10.7. Determinar** à SEPLENO que extraia cópias do Relatório/Voto, deste Acórdão, do Relatório Conclusivo n.º 74/2018 - DICAMI e do Parecer n.º 5923/2018 - MPC e encaminhe a referida documentação para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a fim de que no exercício de suas atribuições tome as medidas que considerar cabíveis em relação à impropriedade apontada no item 14 do Relatório/Voto.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral